

Sementes insurgentes: As tecnologias sociais quilombolas do Médio Vale do Ribeira através de iniciativas rurais comunitárias de luta e resistência diante da emergência climática no Antropoceno¹

Bianca Cruz Magdalena

Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia
Universidade Federal do Paraná (PPGAA-UFPR/PR)

Palavras-chave: Quilombolas; Vale do Ribeira; Tecnologias sociais.

INTRODUÇÃO

Na luta pelo rio Ribeira de Iguape livre, há 20 anos, ocupando a BR-116 e bradando, em uníssono: *Águas para a vida, não para a morte*, nossas vidas se entrecruzaram, e, assim, pude ver de perto a História sendo escrita por povos indígenas e comunidades tradicionais quilombolas, caiçaras, caboclas e ribeirinhas, além de ambientalistas, educadores, organizações não-governamentais e religiosas, ao defender um rio e suas águas. Em contraponto ao ativismo, desde 2015, essa região vem sendo estudada em *escrevivências* antropológicas ao percorrer quilombos, conhecer lideranças, ouvir suas histórias e estar em eventos que reuniram àqueles e àquelas que fazem da floresta casa e colheita.

Nessa trajetória acadêmica, entre os anos de 2020 a 2024, nos limites municipais de Eldorado (SP) e Iporanga (SP), foram realizadas pesquisas etnográficas com comunidades tradicionais quilombolas, do Médio Vale do Ribeira, inicialmente para a publicação de *Do Quilombo à Floresta: Guia de plantas da Mata Atlântica no Vale do Ribeira*, por mim organizada e publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA), em 2023, com 52 espécies vegetais catalogadas, incluindo os usos associados por quatro quilombos, sendo eles: André Lopes, Bombas, Maria Rosa e Nhunguara.

Para aprofundar as questões sobre o Conhecimento Tradicional Associado às sementes florestais e a agência da Rede de Sementes do Vale do Ribeira, em 2022, ingressei no mestrado em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (2026).

Universidade Federal do Paraná (PPGAA-UFPR), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Em 2024, a dissertação *Sementes culturais: a identidade quilombola e o manejo da paisagem, através do conhecimento tradicional associado, pela Rede de Sementes do Vale do Ribeira* foi defendida em ano bissexto, em 29 de fevereiro, sendo um dos referenciais deste trabalho. Em 2025, ao iniciar o doutorado em Antropologia, pelo PPGAA-UFPR, com a pesquisa *Nascido e criado: o ser, o fazer e o território quilombola como uma analogia da muvuca de sementes, no quilombo Nhunguara, em Iporanga/SP, no Médio Vale do Ribeira*, sob orientação do Dr. Ricardo Cid Fernandes Giordano, a continuidade desses estudos segue em andamento, com apoio da CAPES.

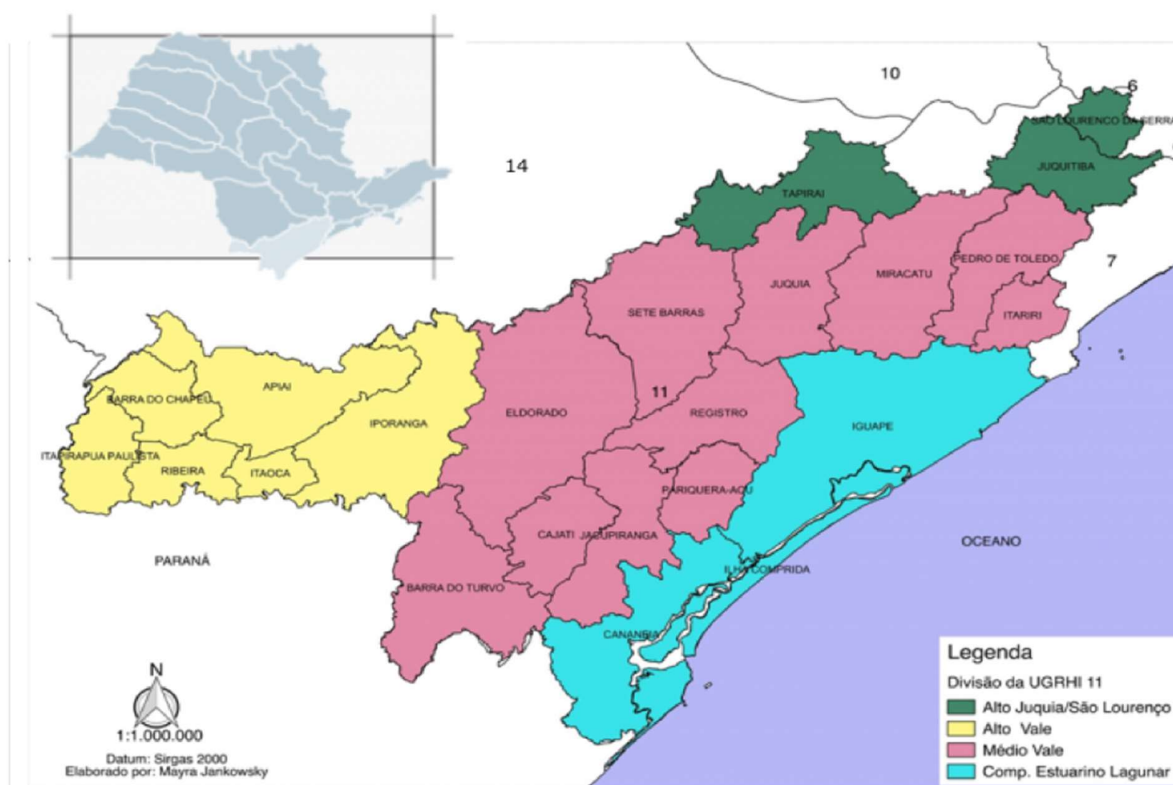
Além disso, durante este período, outros trabalhos foram escritos e apresentados em eventos, como na Jornadas de Antropologia 2022 - Jhon Monteiro, com *Dentro de uma floresta: saberes tradicionais quilombolas do Médio Vale do Ribeira no cuidado do território diante dos conflitos socioambientais*; na 33ª. Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), com *Guardiões da floresta: manejo sustentável do território quilombola através da Rede de Sementes do Vale do Ribeira como resistência aos atos de Estado e suas restrições ambientais*; e na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), com *O quilombola e seu corpo: pele negra e resistência no Vale do Ribeira, através do conhecimento tradicional associado*. Em 2023, o ensaio fotográfico *Da coleta ao plantio* recebeu Menção Honrosa no Prêmio Mariza Corrêa, de Antropologia Visual, e, em 2024, o trabalho *Caderno de campo têxtil* foi selecionado para a exposição virtual, neste mesmo prêmio, na categoria *Desenhos, colagens e outros suportes*.

Assim, as considerações etnográficas são fruto desses anos em que *olhar, ouvir e escrever* com os quilombolas guiou os caminhos desta antropóloga do interior paulista, caipira, que se despediu para aprender sobre outros modos de vida onde a terra e as sementes protagonizam lutas e resiliências. Baseada em observações participantes, acompanhando agricultores/as quilombolas e coletores/as de sementes em atividades de campo, reuniões, audiências públicas, intercâmbios, oficinas, feiras, entre outras formas de contato e vínculo - inclusive virtual, em grupo de *WhatsApp*, e em mensagens privadas com interlocutores/as - a riqueza sociocultural dos quilombos paulistas ensinou sobre alteridade e ética diante de populações racializadas.

OS QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA PAULISTA

Localizado na bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, o Vale do Ribeira abrange o Sudoeste do estado de São Paulo e o Leste do estado do Paraná, além do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá. A região possui diversos ecossistemas e abriga povos indígenas da etnia *Guarani Mbyá*, *Guarani Nhandeva* e *Tupi*, comunidades tradicionais quilombolas, caiçaras e caboclas, além das ribeirinhas, cujas identidades étnicas ligam-se ao rio, ao mar e à mata.

Figura 1: Mapa da bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e litoral Sul



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul - CBH-RB, por Mayra Jankowsky.

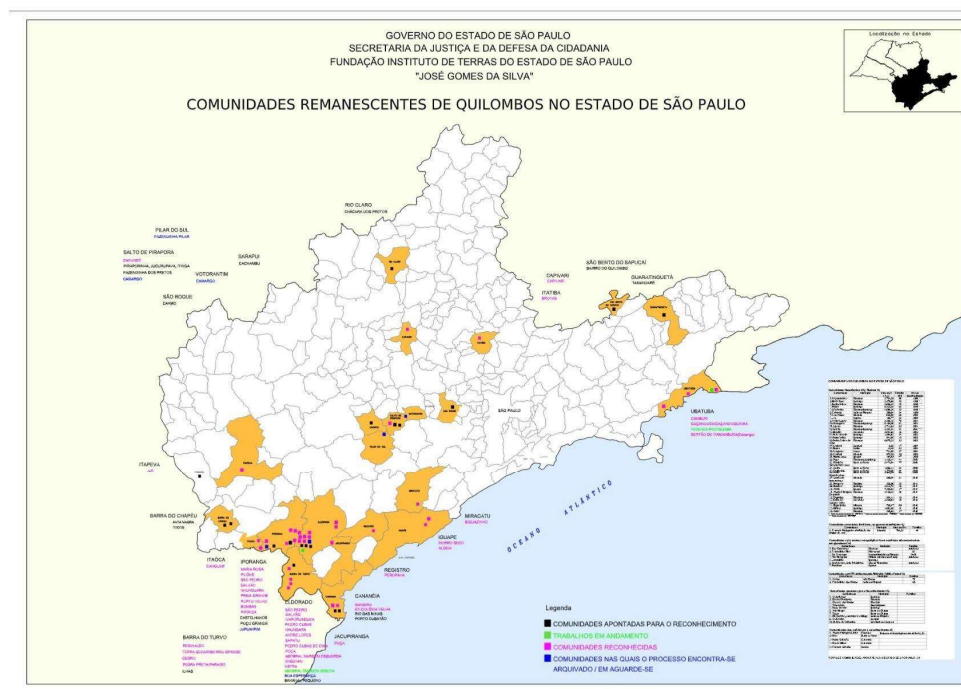
Considerado como patrimônio natural da humanidade, em 1999, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), possui uma área de 13.846 km², sendo que a vegetação nativa se encontra preservada em 68% do território, com áreas protegidas

e ocupadas por indígenas e comunidades tradicionais, sem contar a presença de sambaquis que demonstra, também, a relevância arqueológica da região.

De acordo com o Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), residem 352.705 mil pessoas, nos 23 municípios paulistas, que se desenvolveram a partir do século XVII, com o surgimento de vilas à beira do rio Ribeira de Iguape, que transportava pessoas, plantas, minério e mercadorias. A pecuária, a produção de banana (*Musa spp.*) e de chá (*Camellia sinensis*), vindo com a imigração japonesa, contou com o porto de Iguape no escoamento da produção agrícola, até o ano de 1938, com a criação da rodovia Raposo Tavares (SP-270) e, em 1961, com a Régis Bittencourt (BR-116). Este deslocamento rodoviário possibilitou que indústrias se estabelecessem, além de comércios e serviços, apesar das precárias condições das estradas estaduais e vicinais, comprometendo o escoamento dos produtos. Em 2017, com a duplicação da “rodovia da morte”, um fluxo maior entre Sudeste e Sul foi visto, o que colaborou com as exportações e o turismo local, incluindo o turismo de base comunitária e étnico.

Segundo dados da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), há 36 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas no Vale do Ribeira paulista, em 14 municípios. Dessas, *apenas* seis são tituladas pelo Estado, cujos territórios apresentam sobreposição de registros de imóveis de particulares ou “terceiros” - como são chamados pelos quilombolas as pessoas não-quilombolas com áreas nos territórios -, segundo nota técnica do ISA e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Figura 2: Mapa dos quilombos do estado de São Paulo



Fonte: ITESP (2019).

Desde o ciclo aurífero na região, os saberes quilombolas (re)existem construindo futuros insurgentes no enfrentamento aos conflitos agrários e socioambientais. A presença de comunidades tradicionais quilombolas nesta porção do estado de São Paulo demonstra que o manejo da paisagem colabora para a agrobiodiversidade e sociobiodiversidade, apesar das inúmeras ameaças externas e do racismo ambiental em tempos de emergência e crise climática. O quilombo, através do pensamento de Beatriz Nascimento, é visto como uma forma político-existencial que articula corpo, território e ancestralidade, constituindo modos de vida baseados na luta e resistência para afirmar continuidades cosmopolíticas.

O papel de movimentos sociais e de organizações não-governamentais na luta por direitos constitucionais

Diante da possibilidade da construção da hidrelétrica de Tijuco Alto, em Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR), e das demais hidrelétricas, Funil, Itaóca e Batatal, pela Companhia Brasileira

de Alumínio (CBA), as comunidades quilombolas se organizaram para a garantia de seus direitos, dispostos na Constituição Federal de 1988, no Artigo 68, do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*.

A partir da mobilização das irmãs Angela Biagioni e Maria Sueli Berlanga, que, em 1989, já tinham iniciado o trabalho de base missionário, pela Congregação Irmãs Jesus do Bom Pastor, e, posteriormente, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além do Instituto das Irmãs Santa Cruz, representado pela irmã Michael Nolan, a articulação das comunidades negras rurais despertou o senso de justiça, dando início a um intenso processo de conscientização da identidade étnica quilombola. Pude ouvir em uma interlocução, inclusive, que antes essas pessoas eram vistas como “pretos da roça”, quando iam para os centros urbanos, e que depois dessa construção pedagógica passaram a ser “quilombolas”, enfatizando a autoestima e o orgulho que se têm por portarem essa identidade, enquanto grupo étnico (Barth, 2000).

Fundado em abril de 1991, o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB) lutou durante três décadas contra a construção da hidrelétrica de Tijuco Alto, tendo ao lado dos quilombolas os indígenas e outras comunidades tradicionais que também teriam seus territórios afetados, contando com o apoio da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (EAACONE). Atuante desde 1995, para assessorar e identificar comunidades quilombolas de forma permanente, de Barra do Turvo, Cananéia, Eldorado, Itaóca, Iguape, Iporanga, Miracatu e Registro, no estado de São Paulo, e Adrianópolis, Bocaiúva do Sul e Doutor Ulysses, no Paraná, a instituição foi formalizada em setembro de 2004, em Eldorado (SP), considerada entidade de utilidade pública municipal, desde 2017.

Outras organizações somaram-se, como o ISA, que, desde 1998, colabora na construção de um modelo de desenvolvimento regional, com projetos colaborativos, na criação de políticas públicas voltadas ao uso dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, que promovam geração de renda, conservação e o bem viver. Atuando diretamente com 19 comunidades quilombolas, o Programa Vale do Ribeira, sediado em Eldorado (SP), é um dos parceiros do Grupo de Trabalho da Roça (GT da Roça), além de apoiar a Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, desde a primeira edição, e outras iniciativas para gerar renda, bem como publicar pesquisas sobre a região e endossar ações como a criação do inventário cultural quilombola, a patrimonialização do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola (SATQ) e do plano de salvaguarda do mesmo.

O modo de vida quilombola e a criação de tecnologias sociais comunitárias

Em 2008, aconteceu a primeira edição da Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, reunindo diversas comunidades, de diferentes cidades, para salvaguardar suas sementes crioulas e mudas nativas, e comercializar seus produtos da roça, cultivados em Sistemas Agrícolas Itinerantes (SAI). O evento perdura até os dias atuais, com edições anuais, reunindo, aproximadamente, 500 pessoas, com seminário, oficinas temáticas, apresentações culturais e almoço coletivo.

Para organizar a feira, as lideranças quilombolas e seus parceiros criaram o GT da Roça, com reuniões mensais, em Eldorado (SP), para tratar, também, de outros assuntos de interesse coletivo, especialmente pautas políticas sobre o uso da terra, a busca pela titularidade das mesmas e a ação do poder público nos quilombos.

Em 2012, foi criada a Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (COOPERQUIVALE), a partir da organização social e da colaboração de parceiros, contando com 16 comunidades quilombolas e 256 cooperados/as. Com o intuito de escoar a produção agrícola dos quilombos, que conta com mais de 70 variedades agrícolas, bem como garantir os direitos trabalhistas aos agricultores quilombolas, além de possibilitar o acesso às políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade de Doação Simultânea (PAA-DS) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Reforçando o interesse nos cultivos agrícolas e a sabedoria existente nas sementes crioulas surgiu, em 2015, o Projeto *Paiol de Sementes*, apoiado pelo ISA e assessorado pela Associação Biodinâmica (ABD), com fomento da Petrobrás. Com o intuito de registrar as espécies cultivadas nas roças quilombolas, através de um levantamento, nos quilombos paulistas de Abobral, André Lopes, Bombas, Cangume, Galvão, Ivaporunduva, Maria Rosa, Morro Seco, Nhunguara, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Pilões, Piririca, Poça, Porto Velho, São Pedro e Sapatu.

Em 2017, outra iniciativa foi aportada pelo ISA, com a criação da Rede de Sementes do Vale do Ribeira, formada por agricultores/as quilombolas que se tornaram coletores/as de sementes florestais da Mata Atlântica. Com o objetivo de geração de renda comunitária e comercialização, a fim de possibilitar a recuperação de áreas degradadas, envolveu quatro quilombos, a princípio. Atualmente, a organização se formalizou em uma cooperativa, fundada em 18 de julho de 2023, contando com 53 coletores/as, em cinco comunidades quilombolas, sendo elas: André Lopes,

Bombas, Nhunguara, Maria Rosa e São Pedro, cuja coleta e beneficiamento de, aproximadamente, 100 espécies vegetais, comercializou, em 2023, 1.124,94 Kg.

Existem outros grupos comunitários que empreendem em territórios quilombolas, como o Viveiro Sítio Pedra, que cultiva mudas nativas, no quilombo Nhunguara, entre Iporanga (SP) e Eldorado (SP), bairro onde atua, também, uma fábrica de produção de banana chips, gerenciada por mulheres quilombolas, e o coletivo de agricultoras Guerreiras Empoderadas Cultivando e Aprendendo (GECA). Receptivos turísticos realizam o turismo de base comunitária e étnico nos quilombos Ivaporunduva e São Pedro, com serviços de hospedagem, alimentação com pratos típicos, oficinas e apresentações culturais, envolvendo músicos locais e capoeiristas, como o Grupo de Capoeira Bernardo Furquim, em São Pedro, em Eldorado (SP). O quilombo Nhunguara iniciou o recebimento de grupos escolares no viveiro, onde oferece atividades de plantio de mudas com os estudantes, apresentação dos coletores e da Casa de Sementes “Jucão”.

Em 2018, aconteceu o reconhecimento do SATQ como patrimônio cultural imaterial, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mediante um dossiê elaborado pelas associações quilombolas e o ISA. No documento, temos o detalhamento dessa manifestação que engloba práticas e técnicas agrícolas, mas, também, o Conhecimento Tradicional Associado das espécies vegetais, cujos saberes são passados de geração em geração, pela oralidade, nas relações de parentesco e compadrio, garantindo a soberania e a segurança alimentar.

Segundo Cunha (2018), o Sistema Agrícola Itinerante Quilombola

[...] abarca os saberes, os padrões de ocupação do território, a agrobiodiversidade, a rede de sociabilidade que organiza as modalidades coletivas de trabalho e inclui relações de vizinhança, compadrio e parentesco, a cultura material associada às práticas agrícolas, a organização do tempo, os circuitos de trocas e comercialização, e as relações políticas estabelecidas com outros atores no processo de legitimação de seu território e de seus direitos históricos. Esta teia de saberes, conhecimentos e significados simbólicos demonstram o estruturante e patrimonial da roça quilombola como bem cultural (Cunha, 2018, p. 05).

Em 2018, tivemos, ainda, a Resolução SMA nº 189, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que assegura a exploração de espécies nativas, garantindo o direito à prática de roça tradicional, através de procedimento administrativo para regulamentação. Durante a pandemia da Covid-19, tivemos a Resolução nº 28, de 17 de abril de 2020, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), prorrogada nos anos de 2021 e 2022, dispondo sobre a concessão de autorizações para a implantação de roças tradicionais, em caráter emergencial. Atualmente, são as

roças perenes que têm sido reivindicadas pelas comunidades quilombolas, ao governo do Estado, com discussões no GT da Roça e outras instâncias.

A Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos (Catrapovos) tem realizado a compra de insumos beneficiados entregues para essa política pública, em parceria com o ISA, ofertados às escolas municipais em territórios quilombolas. A iniciativa do Ministério Público Federal (MPF) tem como objetivo garantir a compra e o consumo de alimentos produzidos por indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais na merenda escolar, a fim de conectar a agricultura familiar com escolas públicas, para promoção da saúde e cultura, além de gerar renda.

As últimas conquistas quilombolas que colaboram tanto no presente, como no futuro, foram dois cursos de graduação, ofertados por universidades públicas, realizados nos quilombos André Lopes e Ivaporunduva, em Eldorado (SP), em regimes de alternância, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com a licenciatura em Educação Escolar Quilombola, e a licenciatura Educação do Campo, ministrado pelo Setor Litoral da UFPR. Outro motivo para celebração é a publicação da dissertação de Luiz Marcos de França Dias, educador e liderança do quilombo São Pedro, doutorando em Educação, pela UFSCar, sob o título, *Comunidades quilombolas em territórios coletivos do Vale do Ribeira (SP): saberes da roça em construção de um projeto político epistêmico*, financiada pela Lei Aldir Blanc, lançada pela Editora Ciclo Contínuo Editorial, no segundo semestre de 2025. Em 2026, tivemos a defesa do doutorado da bióloga e cientista quilombola, Maíra Rodrigues da Silva, do Ivaporunduva, pelo Programa de Pós-Graduação em Geociências, da Universidade de Campinas (Unicamp).

As ameaças socioambientais em territórios quilombolas

A permanência dessas comunidades quilombolas em seus territórios, bem como a prática de saberes e fazeres são duramente afetadas por ameaças e conflitos agrários, como as extensivas monoculturas na região, especialmente de banana (*Musa spp.*); a pulverização de agrotóxicos, que contaminam as águas; e a proibição de atividades tradicionais, como a caça, e àquelas que podem ser realizadas apenas com autorização da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), do estado de São Paulo. Exemplo disso, são as roças de coivara, feitas mediante a derrubada de uma parte da floresta primária ou de capoeira alta, queimada de forma controlada, através de

técnicas ancestrais de manejo do fogo, cujas áreas têm culturas rotativas que ficam em pousio para sua regeneração, garantindo a recuperação florestal, a segurança alimentar e nutricional.

O reconhecimento dos territórios enquanto remanescentes de quilombos, o surgimento das associações de bairros e a contínua reivindicação da titulação coletiva de suas terras permitiram pressionar o Estado, pela ausência de políticas públicas. Sem contar as que não levam em conta as demandas dessas populações, mesmo tendo o Protocolo de Consulta Prévia dos Territórios Quilombolas do Vale do Ribeira, criado em 2020, pela EAACONE, com o regramento e os procedimentos que devem ser adotados pelo Estado, sobre decisões administrativas e legislativas que podem vir a afetar as comunidades quilombolas. Temos, também, o Direito de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado, previsto no Artigo 6º, da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Como exemplo, um novo risco acometeu as comunidades quilombolas, em 2021, pela possibilidade de concessão do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) para a iniciativa privada, sobreposto a territórios de comunidades tradicionais quilombolas e caboclas. O Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7008, em 22 de maio de 2023, decidiu, por unanimidade, que concessões de Unidades de Conservação à iniciativa privada, pelo estado de São Paulo, não podem incidir sobre territórios indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais. Tal decisão foi resultado da articulação do Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, que apresentou representação à Procuradoria Geral da República (PGR) ante às violações de direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, em 2016, por ocasião da Lei Estadual nº 16.260/2016.

A mineração e as Pequenas Centrais Hidrelétricas continuam sendo perigos eminentes, inclusive, em 27 de junho de 2025, aconteceu um vazamento de óleo no rio Ribeira de Iguape, na área da antiga empresa *Plubum* do Brasil Ltda, em Adrianópolis (PR), colocando em risco os municípios paulistas de Itaóca, Iporanga e Eldorado. Um procedimento foi instaurado pelo Ministério Público (MP-SP), que cobrou medidas aos órgãos ambientais, como a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que, em nota, informou que não foram encontradas alterações na qualidade da água em Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Iguape e Ilha Comprida, além das prefeituras de Iporanga e Eldorado, que emitiram avisos de alerta ao uso das águas do rio.

A titulação fundiária é garantida na Constituição Federal de 1988, que garante aos remanescentes de quilombos a propriedade definitiva das terras, bem como a emissão de seus títulos pelo Estado, mas inúmeras situações põem em risco o modo de vida dessas comunidades tradicionais enquanto essa titularidade não é assegurada. Apesar do tratado internacional adotado em 1991, na Convenção nº 169 da OIT, sobre povos indígenas e tribais, ratificada no Brasil em 2002, como instrumento com foco nos aspectos socioeconômicos e culturais, referentes às condições dos povos e comunidades, estabelecendo direitos de preservação de suas identidades étnicas e reconhecendo a autodeterminação, vemos as comunidades quilombolas à mercê do Estado no cumprimento legal constitucional.

Danowski e Viveiros de Castro (2022, p. 20) ao pensarem o Antropoceno dizem que este tempo presente é o nosso, porém, sem porvir e à espera urgente de ações de mitigação, assim, a agência dos agricultores quilombolas e sua história no Médio Vale do Ribeira nos contam como esse modo de vida conservou florestas e possibilitou a criação de iniciativas voltadas a essa mitigação, mesmo com tantos revezes socioambientais.

OS QUILOMBOLAS DA RIBEIRA E SUA RESISTÊNCIA ANCESTRAL

A partir do trabalho de base missionário, realizado nos fins de 1980 e início da década de 1990, agricultores/as negros/as passaram a se autoreconhecerem como quilombolas, cujos ancestrais foram negros/as escravizados/as e insurgentes. Construíram, assim, processos de identificação, cuja identidade étnica dos quilombolas do Médio Vale do Ribeira forja uma marca de resistência nos quilombos, garantindo suas (re)existências enquanto atores sociais, em combate ao preconceito e o mito da democracia racial.

Na contemporaneidade, a permanência na terra e o modo de vida quilombola, mediante a organização social comunitária, com organizações não-governamentais que fortalecem iniciativas para o bem viver, em contraponto a morosidade do poder estatal, que acomete a garantia plena de seus direitos, enquanto grupo étnico. Segundo Pereira (2023, p. 57), estes grupos étnicos autodeclarados pretos ou pardos possuem suas identidades e tradições alinhavadas ao território, fruto da resistência ao sistema escravocrata, cuja ocupação se deu em lugares afastados, próximos a mata e aos rios, sendo os quilombos acampamentos ou refúgios. Através de tecnologias sociais singulares, ao longo de, aproximadamente, quatro séculos, deram continuidade às suas vidas como

agricultores e, apesar da violência da colonização e do racismo, resistiram (re)produzindo saberes e sabores da agrobiodiversidade, proporcionando a conservação da flora e da fauna locais.

A organização social, o modo de vida quilombola e suas práticas podem ser interpretadas através das reflexões de Clastres (2003), como formas de organização coletiva que reforçam a autonomia territorial e limitam a dependência das estruturas estatais e mercantis, além disso, essa organização social pode ser interpretada como uma forma de política territorial que, embora dialogue com o Estado, preserva mecanismos autônomos de decisão coletiva, mediante o associativismo.

Nas florestas da Mata Atlântica, agricultores/as em suas roças de coivara cultivam e coletam sementes, cujas memórias forjam uma identidade ligada à terra, em relações de parentesco e compadrio, através de famílias extensas. Porém, os direitos constitucionais não estão plenamente garantidos para este grupo étnico, já que conflitos e ameaças socioambientais afetam o modo de vida das comunidades quilombolas que, de geração em geração, transmitem conhecimento através da práxis, à beira do rio Ribeira de Iguape.

A busca por futuros possíveis e pelo bem-viver, unindo agência política em organizações comunitárias e conservação ecológica selam o compromisso com os ancestrais que vieram antes e com os que virão, desta forma, pensar os quilombos através de Pierre Clastres nos permite conectar suas premissas sobre as sociedades indígenas contra o Estado com as comunidades quilombolas, que após a escravização, em centenas de anos, criaram espaços socioprodutivos e de memória, com instituições associativistas e cooperativas que demonstram que a luta se faz na terra, pela terra, conforme os apontamentos a seguir.

A roça contra o Estado

Segundo Fagundes (2022), a obra do martinicano Malcon Ferdinand, *Uma ecologia decolonial*, traz o quilombamento como matriz ecológica, nos cabendo buscar as "propriedades ecológicas" do que compreendemos por quilombos. As ressemantizações que a categoria quilombo tem passado, desde o século XX, no Brasil, cujas primeiras menções são feitas nos ordenamentos jurídicos coloniais, por conta do quilombo dos Palmares, demonstram que:

[...] ordens régias, alvarás e provisões emitidos entre os séculos XVII e XVIII qualificavam quilombos como qualquer reduto de escravos fugidos de seus senhores brancos. A Lei Áurea de 1888 não interrompeu a reprodução dessas comunidades negras rurais, mas preservou sua invisibilidade durante quase um século após a abolição da escravidão. Entre os anos de 1960 e o fim da década de 1980, entretanto, ocorreu o que poderíamos chamar de a primeira ressemantização da categoria quilombo no Brasil. Sob a influência de tradições pan-africanistas e marxistas, escritores e ativistas pretos e pretas como Abdias Nascimento, Clóvis Moura e Beatriz Nascimento deslocaram essa categoria de sua carga depreciativa ao tomar o quilombo como morte de celebração da resistência negra e como referência para a organização da luta antirracista (FAGUNDES, 2022, p. 312).

Desta maneira, devemos reconhecer a resistência quilombola como resistência eminentemente ecológica, considerando os quilombos como sociedades contra a *plantation*, sendo “o aquilombamento de humanos e não humanos enquanto prática de resistência ecológica” (Fagundes, 2022, p. 314). Porém, foi somente a partir do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* através do Artigo 68, da Constituição Federal, de 1988, que a cidadania quilombola foi incorporada, constitucionalmente, com fundamentos jurídicos para a emissão de títulos de propriedade fundiária coletiva aos quilombos brasileiros, que ainda encontram nos aparelhos burocráticos do Estado entraves para a titularidade desses territórios.

Tais conclusões demonstram a atualidade da obra *A sociedade contra o Estado* para analisar a perspectiva de que quilombos são formas políticas que negociam o poder estatal. Assim, se para Pierre Clastres as sociedades indígenas produzem mecanismos sociais destinados a impedir o surgimento de um poder coercitivo centralizado, os quilombos do Vale do Ribeira podem ser interpretados como formas históricas de organização territorial que articulam autonomia política, manejo ecológico e resistência às formas de controle estatal e capitalista.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 25-67.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 16 de Jan. 2025.

Canal Brasil. Beatriz Nascimento resgatou a verdadeira história dos Quilombos – Série documental "Resíduo". Youtube, 14 Jul. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxkBDmWi_xM. Acesso em: 13 Jan. 2025.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado – pesquisas de Antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. Parecer da Relatora do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN. Solicitação de Registro do Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Processo 01450.004794/2014-59, de 10 de Setembro de 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1944>. Acesso em 23 ago. 2022.

DANOWSKI, Déborah e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Que besta bruta. In: **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Instituto Socioambiental, 2022, p. 15-22.

FAGUNDES, Guilherme Moura. Sociedade contra a Plantation: uma ressemantização ecológica dos quilombos. In: FERDINAND, Malcon. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022, p. 311-316.

FERDINAND, Malcon. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022, 320 pp.

GOLDMAN, Marcio. Pierre Clastres ou uma Antropologia contra o Estado. Revista de Antropologia, São Paulo, Brasil, v. 54, n. 2, 2012. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2011.39640. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/39640>. Acesso em: 7 mar. 2026.

Instituto Socioambiental. Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira - SP. Outubro de 2017.

Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira. Imagens: Anna Maria Andrade e Edição: Leo Grego. São Paulo: Instituto Socioambiental e Associações Quilombolas, 2014.

MAGDALENA, Bianca Cruz. Sementes culturais: a identidade quilombola e o manejo da paisagem, através do conhecimento tradicional associado, pela Rede de Sementes do Vale do Ribeira. Orientador: Ricardo Cid Fernandes. 2024. Dissertação (Mestrado Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/94029>. Acesso em: 21 jul. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, 272 p.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**. São Paulo: Ubu Editora, 2022, 240 p.

Orí. Direção: Raquel Gerber. Roteiro e apresentação: Maria Beatriz Nascimento. Brasil, 1989.

PEREIRA, Ana Maria Aparecida. A produção artesanal na comunidade quilombola de Faceira, Chapada do Norte – MG: memórias e histórias. Orientadora: Álida Angélica Alves Leal. 2023. 136 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Sociais e Humanidades, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2023.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo; Imprensa Oficial, 2006.

Vozes de mulheres. Beatriz Nascimento – eu sou atlântica. YouTube, 09 Out. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C46uUYz_szc. Acesso em: 13 Jan. 2025.